

ATA Nº 03/2026

4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA INSTÂNCIA MINEIRA DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL DO RIO DOCE – IMPS/DOCE

Ao dia 09 do mês de julho do ano de 2026, reuniram-se, às 09h, no espaço Varanda 115, Rua Cento e três, nº 115, B. Cruzeiroinho, Timóteo/MG, a Instância Mineira de Participação Social do Rio Doce – IMPS/Doce, instituída pela Portaria Conjunta nº 1, de 22 de outubro de 2025, como instância de natureza informativa e consultiva destinada a promover espaços e mecanismos de participação e controle social no acompanhamento das obrigações e ações previstas no Acordo Judicial para Reparação Integral e Definitiva Relativa ao Rompimento da Barragem de Fundão, homologado pelo Supremo Tribunal Federal nos autos do Processo nº 0156420-07.2024.1.00.0000.

Como cumprimento inicial, a Cáritas Itabira realizou momento de mística com os representantes dos onze territórios atingidos que compõem a instância.

A seguir, a sessão foi aberta por Luísa Lacerda Cançado Schneider, que, após cumprimentar os presentes, informou o objetivo da reunião e agradeceu aos presentes.

Para fins de registro, **consignou-se a presença dos(as) representantes das comunidades atingidas, nos termos do art. 5º, inciso I, da Portaria Conjunta**, sendo: representante de Mariana, Mirella Regina Lino Sant’Ana (suplente); representantes de Barra Longa, Simone Silva (titular) e Adriana Aparecida Freitas (suplente); representante de Santa Cruz do Escalvado, Rio Doce e Chopotó, Marcos Antônio Martins (titular); representantes de Rio Casca e adjacências, Simone de Fátima Nunes (titular) e Silvio Martins Soares (suplente); representantes do Parque Estadual do Rio Doce, Maria Aparecida S. Calazans (titular) e Sandra Maria Vasconcelos (suplente); representante do Vale do Aço, Moises Gomes da Silva (titular) e Maria Madalena da Silva (suplente); representante de Governador Valadares, Ilha Brava e Baguari, Ageu José Pinto (titular) e José Alves da Silva (suplente); representantes de Tumiritinga e Galiléia, Marilúcia Gonçalves (titular); representante de Conselheiro Pena, Maria Célia Albino (titular) ; representante de Resplendor e Itueta, Marília Vieira de Almeida (titular); e representante de Aimorés, Emmerson Madeira Cruz (titular).

Em seguida, registrou-se que estiveram presentes os integrantes do Poder Público, segundo o art. 5º, inciso III, sendo: representantes da Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão – SEPLAG Matheus Eduardo Braga Lopes Bragança Silva (titular) e Ana Claudia Botelho Luthy (Titular); representantes do Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos – SISEMA, Natalia Silva de Souza (suplente); representante Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG, Dra. Shirley Machado de Oliveira (suplente), sendo assessorada por Luís Otávio Assis; também constou a participação do Ministério Público Federal, representado pelo Dr. Paulo Henrique Trazzi.

Ademais, registrou-se a presença dos convidados com direito a voz, previstos no art. 6º da normativa mencionada, que integraram a reunião: Franciele Fedrizzi e Laura Lima, da

AECOM; Julia Albrecht, Leonado Bastos e Isabela Raquel Ramos Iensen, do LACTEC, todas representantes das auditorias externas independentes.

Registra-se presença também de órgãos técnicos quais foram convidados a participar sendo esses: **SEPLAG**, representada por Julia Freitas, Julia Pessoa e Matheus Carvalho; **IEF** na figura de Henrique Belfort Gomes; **IMA** representado por Polliana Campanha, Mírian Alexandrino, Adriana Lucia; representando a **SEDESE** houve a presença de Gilvania Paula; também houve presença da **EMATER** com Gilmar Gonçalves de Oliveira; e da **SEMAD**, representada por Marcelo Salles T. Cunha e Luciana Oliveira; Por fim, também se registra presença da SEAPA, representada pelo Gilson Assis.

Houve, ainda, o comparecimento das Assessorias Técnicas Independentes: Associação Estadual de Defesa Ambiental e Social (AEDAS) Barra Longa e Médio Rio Doce, Cáritas Diocesana de Governador Valadares; Cáritas Diocesana de Itabira; Cáritas Brasileira Regional Minas Gerais; Centro Agroecológico Tamanduá (CAT) e Centro Rosa Fortini, **bem como demais participantes, conforme lista de presença, que compõe o Anexo II desta ata.**

Procedeu-se à leitura e apreciação da ordem do dia, composta pelas seguintes pautas:

1. **Mística, abertura e informes;**
2. **Apresentação de Balanço da IMPS/Doce**
3. **Apresentação e consulta das iniciativas estaduais para pescadores e pescadoras**
4. **Medidas de saneamento básico**
5. **Apresentação sobre a Sala de Situação**
6. **Apresentação das medidas estaduais em Assistência Social**
7. **Pauta Livre**

Após a abertura da reunião e da apresentação dos pontos de pauta, passou-se para os informes da 4ª Reunião Ordinária da IMPS/Doce.

O primeiro informe foi no sentido de atualizar sobre o envio de ofício de recomendações de utilização do kit máquinas. Foi dito que o encaminhamento retirado na última reunião ordinária foi concluído, com o envio de ofício de recomendação de utilização do kit máquinas em zonas rurais atingidas para todos os municípios.

Em seguida, foi abordada a atualização do PG-17. Foi informado que já foram levantadas pela auditoria LACTEC informações sobre um aspecto do PG-17. Dra. Shirley complementou, no sentido de discorrer sobre a compreensão de que existem obrigações dependentes entre si, só podendo haver quitação de uma quando a outra se finda.

Houve também informe sobre a contratação de empresa que irá realizar o gerenciamento de áreas contaminadas (GAC). Julia Freitas mencionou que foi firmado contrato com a empresa WSP.

Natalia, SISEMA, também informou sobre a publicação dos editais de projetos de reflorestamento e de conservação e reintrodução da fauna e flora aquática do Rio Doce, informando que esses editais possuem o objetivo de fomentar a recuperação do meio ambiente.

Matheus Braga também informou sobre o repasse para o plano estadual em saúde para os municípios atingidos, ficando acordado que ocorrerá o envio dos quantitativos já repassados até então para todos e todas.

Julia Freitas também trouxe informações sobre medidas de abastecimento de água para os quilombos de Gesteira e de Barreto.

Luísa Lacerda, em seguida, apresentou o balanço do primeiro semestre de atuação da IMPS/Doce, abordando, inclusive, a adaptação do Convênio Coopera+ para incluir conversas com as comissões locais territoriais antes da fase de diagnóstico.

Mirella, representante de Mariana, pediu que haja apresentação da empresa WSP com seu plano de trabalho.

Simone Nunes trouxe que a água nunca foi tratada como deveria, pontuou negativamente sobre a atuação dos municípios, trazendo que as comunidades quilombolas devem ser consultadas sobre o tema de abastecimento.

Silvio trouxe que o IEF não participou, junto com as pessoas atingidas, da construção do ordenamento pesqueiro. Questionou também o motivo pelo qual o projeto do SUAS foi montado sem a participação das pessoas atingidas.

Marília Célia falou sobre o Córrego do Café, mencionando que as áreas de trabalho estão interditadas. Demonstrou preocupação de que o PG-17 vai se findar sem haver condições práticas para a retomada do trabalho produtivo. Sobre o fornecimento da silagem, apontou que falta a LACTEC ir ao território verificar como está a realidade. Foi enfática no sentido de pontuar que os apontamentos da Samarco não condizem com a realidade e, assim, que é difícil acreditar no que é dito pela empresa.

Luísa trouxe que o CEMG está se apropriando do tema, havendo expectativa de apresentá-lo como pauta na próxima reunião ordinária da IMPS/Doce.

Marília Célia mencionou que, em 2024, houve visita do MPMG para verificação da silagem. Destacou, também, que estão havendo cortes indevidos de fornecimento de silagem.

Luis Otávio, assessor do MPMG, mencionou que pode haver convite à prefeitura que sedia o município no qual a reunião está ocorrendo.

Dra. Shirley trouxe que é obrigação das prefeituras enviar as informações sobre como estão sendo gastos os valores recebidos a título de reparação. Sobre o tema da silagem, falou que o

tema é complexo em razão da vinculação das obrigações. Desse modo, que estão sendo construídos prazos dentro do CEMG para formulação de entendimentos.

Isabela, LACTEC, contextualizou que a auditoria tem executado visitas técnicas para constatar o cumprimento ou não das obrigações de fazer firmadas no acordo.

Matheus Braga apresentou a distribuição de repasses para os municípios já realizados no âmbito do Anexo da Saúde.

Simone Silva pediu que seja discutido sobre as medidas previstas para povos e comunidades tradicionais nos planos de saúde estadual.

Maria Madalena solicitou pauta sobre transparência e destacou que os municípios precisam demonstrar onde o dinheiro recebido está sendo gasto.

Dra. Shirley pontuou sobre o desafio da reparação, compreende as ansiedades apresentadas e garante ser obrigação dos municípios a demonstração das medidas de reparação, assim como da alocação do dinheiro recebido para esse fim.

Em seguida, Julia Pessoa introduziu a pauta das medidas estaduais previstas para pescadores e pescadoras. Gilson, SEAPA, complementou abordando os projetos em construção, sendo esses, principalmente, no sentido de fortalecimento e de diversificação.

José Alves destacou a importância da visita do Estado aos territórios atingidos. Falou sobre os desafios de manutenção da carteira de pesca profissional, considerando a quantidade permitida. Mencionou que as medidas atuais não permitem a possibilidade da pesca. Trouxe que não possui segurança quanto à contaminação da água ou do peixe.

Sandra falou que, no território onde mora, existe insegurança em relação à sanidade do pescado.

Simone Silva mencionou que houve politicagem em relação ao asfaltamento de Barra Longa x Ponte Nova, destacando que o anúncio deveria ter sido em espaço da IMPS/Doce. Perguntou se os projetos apresentados vão realmente chegar na ponta. Discorreu que a EMATER foi ao território para realizar a reunião, mas que foi informado que Gesteira não cumpre os requisitos necessários. Falou que não há dados de estudos de contaminação, perguntando, também, se existe previsão de recuperação dos córregos. Versou que compreende que a EMATER exige muitos documentos, problematizando sobre a dificuldade de comunidades quilombolas em demonstrar, de modo documental, sua vinculação com a terra.

Silvio destacou a importância de participar, junto às comunidades quilombolas, da construção.

Ana Claudia Botelho Luftly trouxe a necessidade de elaboração de material informativo sobre as conquistas alcançadas pela IMPS/Doce.

Silva Nunes elogiou a ausência de debates políticos dentro da instância e concordou que é necessária a divulgação das conquistas do povo atingido em seus processos de luta.

Julia Pessoa respondeu sobre a necessidade de participação dos pescadores nas medidas sobre pesca. Trouxe que a proposta do ponto de pauta é justamente debater as iniciativas apresentadas para verificação de sua adequação ou não ao território.

Gilson, SEAPA, complementou, trazendo que, a partir dos projetos apresentados, a análise do pescado possa persistir de modo perene.

Julia também trouxe a importância dos dados que vão ser levantados em momentos futuros para a elaboração dos programas. Trouxe que, a fim de se ter concretude nos resultados, é necessária a análise prévia dos dados.

Dra. Shirley pediu apresentação do cronograma de ações para que os pescadores possam entender de que tempo se está falando para que as medidas possam chegar ao longo do tempo. Também sugeriu o envio dos documentos apresentados.

Luísa propôs que haja um tempo de contribuição para que as pessoas atingidas possam se manifestar sobre aqueles projetos voltados para a reativação econômica.

Gilmar trouxe que a EMATER possui um escopo expresso sobre a área de abrangência. Falou que, no caso de Gesteira, ela se encontra dentro da mancha de inundação, todavia não se enquadra nos demais critérios para ser público-alvo da política atual. Informou que existem outras iniciativas do Anexo 18 e que haverá diagnóstico para conhecer melhor as comunidades presentes na área atendida. Trouxe que, no dia 28 deste mês, há previsão de uma reunião em Gesteira para apresentação e oitiva, visando à construção de projetos específicos.

Agêu perguntou sobre como vai ser possível acessar o programa. Sugeriu a criação de um grupo fechado na plataforma WhatsApp para que sejam compartilhados os informativos dos projetos em desenvolvimento.

Emmerson trouxe a dificuldade de identificação de quem é pescador para o Governo. Discorreu sobre as dificuldades para obter o CAF. Falou que existe um dissenso entre o conhecimento da população e as pesquisas que estão sendo realizadas. Pontuou que é importante fortalecer o acesso ao CAF para aquicultores e pescadores.

José Alves trouxe a dificuldade do assoreamento no Rio Doce. Dispôs que o peixe fica sem oxigênio em razão do processo de assoreamento. Falou da dificuldade decorrente da limitação dos petrechos de pesca e que a utilização da rede é essencial para obter a quantidade necessária de peixes para manter as carteiras sem onerar demasiadamente a atividade pesqueira.

Dra. Shirley perguntou sobre como se dará a construção do ordenamento pesqueiro. Também questionou sobre como se dará o regime previdenciário para os pescadores e pescadoras.

Leandro respondeu que o edital de revitalização aquática anunciado nos informes da reunião vai trazer projetos de restauração intracalha, como o impedimento do assoreamento.

Natalia complementou que, nos primeiros cinco anos, haverá ações de apoio ao produtor rural no âmbito do programa de reflorestamento. Após esse período, ainda serão estruturadas, em conjunto com as pessoas atingidas, as medidas que melhor atenderem à reparação.

Leandro, IEF, trouxe que, anteriormente, quando houve problemáticas com a previdência em relação à condição de segurados especiais, ocorreu avanço no entendimento dos órgãos previdenciários no intuito de não prejudicar o segurado especial que está impossibilitado de realizar sua prática econômica. Também trouxe que, quando houver a revisitação do ordenamento, haverá etapa para a participação social.

Gilmar reforçou que os projetos apresentados possuem o objetivo de atender às pessoas atingidas. Também reforçou que a EMATER está disponível para reuniões diretamente com os produtores rurais.

Simone Silva solicitou que ocorra uma dessas reuniões em Gesteira.

Ana Claudia sugeriu que o tempo de construção das sugestões sobre as medidas para pescadores e pescadoras possa ser utilizado pelas pessoas atingidas e que elas utilizem as ATI's para encaminhar suas sugestões.

Simone Silva solicitou que possa encaminhar diretamente para a Secretaria Executiva da IMPS/Doce. O pedido foi acolhido.

Ana Paula sugeriu o prazo de 37 dias após a reunião da SEAPA com as ATI's para detalhamento dos projetos previstos.

Dra. Shirley informou que já houve encaminhamentos de pedidos de apresentação do cronograma de execução dos projetos.

Emmerson destacou preocupação com a possibilidade de mudar a identidade profissional dos pescadores. Mencionou que a União deveria estar presente para falar sobre os direitos previdenciários e rever o seguro-defeso, a fim de garantir segurança a todos e todas.

Marcos Antônio perguntou sobre a parte da segurança alimentar, falou sobre a importância do assunto, considerando que existem projetos voltados para a comercialização de produtos diversos.

Adriana questionou se existem cidades específicas que vão ser atendidas pelos projetos de unidades de conservação. Também indagou qual a alternativa para pessoas que não trabalham com pesca.

Leandro explicou que o IEF somente regulariza a pesca amadora em razão de sua competência. Sobre a unidade de conservação, falou que ficou definida a Bacia do Santo Antônio, considerando que é um refúgio das espécies de peixes. Disse que é, sim, necessário pensar na conservação ao longo da Bacia do Rio Doce. Sobre a previdência, reforçou que a interpretação

prejudicial foi superada. Sobre o atestado da qualidade do pescado, trouxe que o IEF não possui competência legal para atestar a questão.

Ana Claudia sugeriu a formalização de um pedido da IMPS para que sejam informados os dados disponíveis sobre a qualidade do pescado, sendo direcionado aos diversos órgãos que possuem competência para tratar do assunto.

Leandro falou que atualmente há um cronograma dos estudos. Em momento futuro, haverá cronograma das visitas de participação social com base nos resultados obtidos nos estudos realizados.

Ana Claudia disse que o acordo trouxe a gestão das áreas contaminadas. Explicou que há previsão de investigação para compreender melhor a possibilidade de contaminação. Falou que a empresa foi contratada e que, em momento futuro, poderá ser apresentado o plano de ação da empresa. Solicitou formalização de pedido de informações sobre o acompanhamento do pescado pelas instituições federais. Mencionou que o último estudo foi realizado pela AECOM e publicado em 2024.

Gilson destacou que existem medidas de diversificação econômica para o público que não pesca. O kit feira pode ser apoio para venda de produtos diversos, tais como artesanato.

Passou-se para a pauta de apresentação de medidas previstas para o saneamento básico.

Julia Pessoa apresentou as medidas previstas no Anexo 9 que ficaram a cargo do Estado de Minas Gerais.

Matheus Carvalho levantou que o projeto está iniciando com a parte da consulta popular para a construção das medidas, a fim de se alcançarem os parâmetros previstos de melhora do saneamento básico ao longo da Bacia do Rio Doce.

A seguir, passou-se para a apresentação do IGAM sobre a Sala de Situação. Foi explicado que a sala possui como objetivo o monitoramento das condições meteorológicas no Estado de Minas Gerais.

Marcos Antônio fez pergunta sobre os projetos de resíduos, perguntando se há salas de triagem ou se são aterros. Trouxe que existe uma dificuldade dos gestores em trabalhar com saneamento básico, destacando o acerto do Estado em centralizar essas medidas em âmbito estadual. Contribuiu no sentido de sugerir que seja pedido ao BDMG apresentar como vem sendo feito o repasse de dinheiro do acordo.

Simone Nunes trouxe preocupação em relação à zona rural, falando que as medidas de saneamento básico devem chegar a essas localidades também.

Mirella corroborou a fala de Simone, destacando que Bento Rodrigues é considerado zona urbana, mas continua sem atendimento. Sobre a etapa de consulta, ponderou que o cronograma

deve considerar as festividades de final de ano e o aniversário do desastre. Também indagou onde será a localização da Sala de Situação.

Simone Silva pontuou que acha que deve haver maior participação na elaboração de medidas voltadas para o saneamento básico. Questionou como está a drenagem da barragem em Barra Longa, assim como onde fica o monitoramento de enchentes em situações de risco.

Julia retornou sobre a situação das áreas rurais, expondo que as zonas rurais estão contempladas no projeto apresentado. Mencionou que, no diagnóstico realizado, houve constatação da necessidade de visitas às zonas rurais e aos distritos. Falou que os parâmetros serão considerados satisfatórios a partir do olhar para o município como um todo.

Sobre o repasse do BDMG, explicou que há apenas o repasse financeiro. O dinheiro é depositado pela Samarco e o Comitê Orientador responsável dá ordem de pagamento para os entes. Não há repasse de recurso diretamente para o poder público sem prévia discriminação. Assim, há vinculação do dinheiro empregado à medida de saneamento prevista no acordo.

Marcos Antônio reformulou a pergunta, indagando se o BDMG faz liberação por lote de atendimentos.

Julia falou do relatório anual de transferência de recursos, onde é acompanhado se houve o repasse e qual foi sua destinação.

Julia também destacou a importância da participação social, pontuando que, antes da consulta pública, haverá divulgação das medidas que vêm sendo pensadas, a fim de facilitar o estudo da população para que haja contribuições. Falou que as pessoas também têm de cobrar junto às prefeituras para que as consultas sejam realizadas em seus territórios.

Sobre os comitês de bacia na temática de saneamento básico, falou que eles não são compostos pelas prefeituras, mas por membros da sociedade civil juntamente com o Estado.

Simone perguntou sobre a composição do Comitê da Bacia do Rio Doce.

Ficou acordado que a composição será informada em momento posterior, juntamente com a divulgação dos calendários de reuniões do Comitê de Bacia.

José Alves perguntou sobre o descarte de rede de esgoto no Rio Doce. Falou que é necessário enfrentar essa questão para continuar no caminho da proposta de melhoria.

Agéu pontuou que, perto de onde mora, há captação de água para lavagem da rede de saneamento básico, relatando que, após esse processo, a água retorna sem tratamento. Relatou preocupação com o assoreamento do Lago de Candonga. Perguntou onde está sendo feito o descarte do rejeito.

Silvio falou que sua comunidade fez o trabalho de retirar a rede de esgoto do Córrego da Pirraça, em projeto junto com a EMATER, mas que ficou abandonado após nove anos. Convidou a IMPS para visitar Pirraça sobre o tema do saneamento.

Marilia falou da desconfiança que ocorre em relação à legitimidade da comissão territorial para fiscalizar nos municípios. Falou que é essencial o apoio para que ocorra essa validação.

Sandra denunciou ao Ministério Público a falta de saneamento básico em Cordeiro de Minas.

Julia fez fala sobre o descarte equivocado, trazendo a importância da destinação adequada dos recursos dentro do saneamento básico. Relatou que vão internalizar essas preocupações das pessoas atingidas para as equipes técnicas do projeto. Detalhou que, na Bacia do Rio Doce, há apenas 17% do esgoto tratado, sendo prioridade da atuação do Comitê Orientador aumentar esse percentual. Tratou que as situações individuais comentadas serão encaminhadas como demandas a serem direcionadas para as equipes técnicas.

Dra. Shirley comentou que é importante que o descarte indevido seja devidamente denunciado, visto que pode configurar crime. Assim, pediu que haja o encaminhamento devido pelo canal de denúncias.

Adriana perguntou sobre como ficaria a situação de Barra Longa. Também falou que sempre existem estouros de encanamentos, fazendo com que o esgoto retorne, relatou que animais peçonhentos estão aparecendo frequentemente e que há mau cheiro. Perguntou sobre como acompanhar o resultado das ações.

Julia falou que é possível encaminhar o planejamento de gastos para que possa ser acompanhada a execução.

Passou-se para a apresentação do projeto estadual de fortalecimento do SUAS na Bacia do Rio Doce.

Mirella perguntou sobre a visita ao território, questionando se a visita será com as comunidades ou com os gestores dos municípios. Trouxe relatos de casos de pessoas atingidas que foram buscar atendimento pela rede e sofreram negativas em razão de serem pessoas atingidas. Questionou como vai ser a avaliação dos planos municipais, falando que não sabe a composição do seu. Falou que a comissão de atingidos enviou um ofício ao Conselho Municipal, mas nunca obteve retorno.

Agêú demonstrou achar importante a obtenção de veículos para a pauta. Pediu que as pessoas atingidas possam estar junto na construção desses instrumentos, sendo oportunizada também a fiscalização. Relatou que, desde o rompimento, houve aumento da dependência química nos territórios atingidos.

Gilvania falou que o projeto está colocado de acordo com a legislação do próprio acordo, que prezou pela manutenção da estrutura do SUAS. Trouxe que o beneficiário final do projeto são

as pessoas atingidas. Em princípio, o projeto se reunirá com o gestor municipal para apoiar tecnicamente o aprimoramento da política. Falou que é possível articular um maior contato com a sociedade civil. Relatou, também, que a compra de veículos deve seguir a identificação do Acordo do Rio Doce.

Como encaminhamento, ficou combinado que a SEDESE irá compartilhar o calendário de visitas junto aos gestores para que os representantes da IMPS possam acompanhar as visitas.

Agéu falou que é importante convidar os membros da instância para os eventos do Governo.

Sobre os planos de melhoria, Gilvania falou que os planos de melhoria estão em análise e, posteriormente, haverá publicação para transparência.

Dr. Paulo compartilhou atualização sobre o processo de escolha de metodologia para representantes de IPCT's na IMPS/Doce. Falou que foi enviada uma proposta às ATI's, que estão em prazo de análise.

A seguir, passou-se para a pauta livre.

Agéu falou que, em Alpercata, foi relatado que não há gasolina para colocar o maquinário do kit máquinas para funcionar. Também perguntou sobre o custeio da instância, falando da necessidade de garantir esse dinheiro para não onerar as ATI's.

Marilucia pontuou que vê muitas falas sobre pouca participação nos municípios. Falou que, em seu município, essa lógica é invertida, havendo muita participação em razão da cobrança.

Moisés relatou que o Governo Federal não realizou momento de oitiva com as comunidades sobre o destino dos recursos federais. Relatou a dificuldade de encontrar espaços para reclamar sobre seu próprio município. Criticou o abastecimento de água em Governador Valadares, relatando que, em área de risco, não era possível sequer tomar banho.

Sandra retomou o tema do custeio, falando que é uma pena haver tantos custos a cargo das ATI's. Fez solicitação de criação de instâncias municipais para participação social das pessoas atingidas nas políticas de reparação. Retomou o pedido de visita da Secretaria Executiva da IMPS a Cordeiro de Minas.

Maria Madalena falou da importância de representar todo o território. Disse que sabe que está vindo muito dinheiro, mas não vê reforço para olhar para a realidade da pessoa atingida. Questionou quais medidas de fiscalização vêm sendo feitas. Também pontuou a dificuldade de enquadramento nos critérios do edital das fotovoltaicas. Falou, ainda, da necessidade de ampliar o atendimento de energia da CEMIG nas zonas rurais.

Matheus Braga, SEPLAG, falou que as medidas de fiscalização foram pensadas nos planos. Também falou do compromisso de ampliar a transparência. Citou o Portal do Rio Doce como

um meio viável para acompanhar a execução do acordo. Falou que estão havendo conversas para o fornecimento de energia onde ainda não há distribuição pela rede da CEMIG.

Dra. Shirley dispôs sobre o custeio, trazendo que ainda não se tem, de forma muito clara, o custo que está sendo debatido, mas que há um esforço de análise das propostas para posterior devolutiva.

Dr. Paulo falou também do desafio de articular os gastos, pontuando que colocar recursos em um lugar significa retirá-los de outro.

Ana Paula falou do desafio de custear atividades para além da IMPS. Destacou que convites para eventos de entrega são importantes, mas não houve previsão nos planos de trabalho das ATI's.

Matheus Carvalho falou que, por enquanto, os projetos de saneamento estão na fase de estudo, mas que buscará compreender a situação da comunidade apontada.

Julia Freitas falou que o apontado por Moisés era uma obrigação da Samarco. Relatou que o CEMG já solicitou plano de atuação para a empresa recuperar a estrutura e finalizar a obra de modo adequado.

Moisés reforçou que a Renova retirou a área de lazer da comunidade e não concluiu as obras prometidas.

Dra. Shirley falou que é importante observar a obrigação. Como encaminhamento, a AEDAS irá provocar o CEMG sobre a situação de Periquito para que seja feito um estudo pela auditoria da AECOM.

Marcos Antônio pediu que seja feito o asfaltamento de Chopotó a Simplício. Falou sobre o agravante do mineroduto da Samarco, que sempre está em manutenção.

Simone Silva falou que os conselhos municipais não deixam as pessoas atingidas participarem. Denunciou que, em Barra Longa, não há participação. Pediu asfaltamento em Gesteira, isonomia de diárias do conselho com a instância. Falou que, em Barra Longa, as questões de moradia foram suspensas, mas a Samarco continua atuando, enviando mensagens para os moradores. Pediu que esse assunto seja pauta na próxima reunião.

Cida Calazans parabenizou as ATI's e as visitas técnicas realizadas pela equipe do Estado. Solicitou que os editais sejam abordados por todos. Falou da importância dos editais de reflorestamento para sua comunidade.

Emmerson falou sobre a importância do CAF, dispôs que a EMATER encaminha para o sindicato e o sindicato encaminha para a EMATER. Versou sobre a problemática da transposição de água do Manhuaçu. Disse que era obrigação da Renova, mas que agora não se sabe quem irá assumir. Falou que os municípios não participam junto às pessoas atingidas.

Houve entrega de ofício por parte de Nilsa, pertencente ao território de Aimorés, da comunidade de Santo Antônio do Rio Doce, que trata sobre a perfuração de poços na comunidade de modo compulsório, sem oitiva nem participação. Contextualizou que, anteriormente, foram protocolados no CEMG e na SECEX ofícios acerca da situação do abastecimento de água em Santo Antônio do Rio Doce (Aimorés - T8). Nesta 4ª Reunião Ordinária da IMPS, protocolou um novo ofício, destacando o resgate histórico do caso e os recentes acontecimentos no território. Trouxe que a população reivindica a execução da obra da adutora, que foi autorizada judicialmente a partir dos encaminhamentos do antigo Eixo 09, sendo uma obrigação respaldada pelo Novo Acordo e que, apesar disso, ainda não teve a obra iniciada. Destacou que compreende que a responsabilidade da obrigação é da Samarco, mas que o Poder Público também participa do contexto.

Assim, concluiu pontuando que, até o momento, não houve posicionamento sobre a assunção da obra e existe um prazo de abastecimento por caminhão-pipa (forma atual de abastecimento no distrito). Diante disso, trouxe que a população reivindica a execução da obrigação, bem como a garantia do abastecimento de água no distrito até que o caso seja solucionado. Solicitou, também, reunião junto às instituições de justiça e à auditoria para compreender quais medidas estão em andamento.

Maria Célia falou sobre o CAF, trazendo preocupação de que os critérios são excludentes. Pediu revisão dos critérios em razão de deixarem de fora produtores que possuem um pouco mais do que é permitido legalmente para se enquadrar na política.

Matheus Braga falou sobre os pedidos de asfaltamento. Sobre os editais que forem lançados, a proposta é contemplar a Bacia do Rio Doce não apenas os 38 municípios atingidos. Explicou que não é possível que a EMATER emita o CAF sem todos os documentos. Falou que o Estado irá pensar em outras soluções futuras para contemplar todos. Sobre a mancha de inundação, explicou que, caso a propriedade tenha alguma parte de sua área dentro da mancha, ela será contemplada.

Simone Silva disse que o cascalho não chegou até Gesteira.

Matheus disse que Chopotó está quase pronto, faltando poucos quilômetros para finalizar, mas que o de Gesteira ainda tem 3,5 km restantes para conclusão.

Simone Silva pontuou que compreende as medidas que chegaram como insuficientes.

Dra. Shirley falou que já houve reunião com a Samarco para apresentação das demandas de Barra Longa sobre moradia. Enquanto não houver definição disso, a Samarco deve suspender as atividades.

Os encaminhamentos desta reunião foram sistematizados em anexo. Não havendo mais assuntos a tratar, a reunião foi encerrada às 17h30min. Lavrou-se a presente ata, que será encaminhada aos participantes para ciência e posterior aprovação.

Timóteo, 09 de julho de 2026.

Presidente/Coordenador(a) da Reunião
Secretaria-Executiva – SEPLAG

Anexo I: Encaminhamentos da Reunião

Encaminhamento	Responsável
A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG/MG) enviará à Secretaria-Executiva da IMPS/Doce o detalhamento dos valores repassados no Plano Estadual de Ação em Saúde para cada município, para que seja encaminhado aos membros da IMPS.	SEPLAG
A Secretaria-Executiva da IMPS/Doce oficiará a Prefeitura de Barra Longa solicitando apresentação das ações de saneamento previstas para aplicação dos recursos recebidos pelo município referentes às obras não iniciadas do extinto PG-32.	SECEX/IMPS
A Secretaria-Executiva da IMPS/Doce elaborará um comunicado em linguagem simples informando as conquistas e entregas que foram realizadas com a atuação dos membros da IMPS para divulgação à população das comunidades atingidas.	SECEX/IMPS
A Secretaria-Executiva da IMPS/Doce articulará reunião entre a Grupo Gestor Estadual de Pesca e as Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) para apresentação detalhada dos projetos	SECEX/IMPS

estaduais previstos no Anexo 10 e esclarecimento de dúvidas. Após a realização da reunião, a Secretaria-Executiva da IMPS/Doce abrirá consulta aos membros da Instância, pelo prazo de 37 dias, por intermédio das ATIs, para recebimento de contribuições sobre os referidos projetos. Os principais projetos que serão avaliados são: Diga Sim ao SIM (Fiscalização e Inspeção), Circuitos Curtos de Comercialização (Apoio à Comercialização) e Arranjo Produtivo Local – APL Apicultura (Diversificação Econômica). Os demais projetos poderão receber contribuições sobre sua execução, já que são considerados obrigatórios ou prioritários. As contribuições deverão ser consolidadas pelas ATIs e encaminhadas à Secretaria-Executiva da IMPS/Doce, por meio do e-mail institucional, para sistematização e posterior encaminhamento ao Grupo Gestor.	
A Secretaria-Executiva da IMPS/Doce enviará ofício aos órgãos competentes do Governo Federal solicitando informações atualizadas sobre a sanidade do pescado.	SECEX/IMPS
A Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (SEPLAG/MG) encaminhará, por meio da Secretaria-Executiva da IMPS/Doce, informe contendo a composição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Doce (CBH-Doce), bem como o calendário de suas reuniões.	SEPLAG
A Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social (Sedese) encaminhará à Secretaria Executiva da IMPS/Doce o cronograma de visitas	SEDESE

técnicas aos municípios, no âmbito do Projeto Avança SUAS, para que seja enviado aos membros da Instância.	
A AEDAS reenviará ofício à Secretaria Executiva da IMPS/Doce, com o detalhamento do impacto da adutora de Rio Corrente na região instalada, para que seja enviado ao Comitê Estadual de Minas Gerais para análise e providências.	AEDAS
A Secretaria-Executiva da IMPS/Doce encaminhará ofício à EMATER-MG consolidando as questões apresentadas pelas pessoas atingidas em relação ao atendimento realizado nas unidades regionais.	SECEX/IMPS
As Assessorias Técnicas Independentes (ATIs) reenviarão à Secretaria-Executiva da IMPS/Doce o documento contendo as propostas de revisão dos pré-requisitos dos editais da EMATER, incorporando as novas contribuições e complementações apresentadas durante a 4ª Reunião Ordinária da IMPS/Doce. Após recebimento, a Emater avaliará e apresentará retorno.	ATI's

Anexo II: Lista de presença

